

AVALIAÇÃO ESCOLAR E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ABAETETUBA/PA

SCHOOL EVALUATION AND EVALUATION INSTRUMENTS IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION OF THE MUNICIPAL PUBLIC EDUCATION NETWORK OF ABAETETUBA/PA

EVALUACIÓN ESCOLAR E INSTRUMENTOS DE EVALUACIÓN EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA DE LA RED DE EDUCACIÓN PÚBLICA MUNICIPIO DE ABAETETUBA/PA

Benedito Antônio Nonato Pinheiro¹

RESUMO: O presente estudo busca evidenciar um diálogo sobre Avaliação Escolar, tendo como pano de fundo os Instrumentos Avaliativos utilizados no contexto dos Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA. Para tanto, utiliza-se da pesquisa de cunho teórico-documental, tendo por base aportes teóricos, entre os quais, HOFMANN (2010, 2018), FREIRE (2007), LUCKESI (2011), RIBEIRO (2016) e aportes legais como LDB 9.394/96, BNCC (2017) e Resolução 001/18, de 17 de janeiro de 2018 do Conselho Municipal de Educação (CME) de Abaetetuba/PA. Discorre acerca de Instrumentos Avaliativos enquanto recursos utilizados na coleta e análise de dados visando o desenvolvimento dos estudantes, a partir do proposto pelas legislações já mencionadas, considerando a Avaliação Escolar como diagnóstica, processual e inclusiva, a qual proporciona uma reflexão a ser transformada em ação, buscando desta forma a constante e necessária melhoria no processo ensino-aprendizagem. Melhoria esta que tende a ser mais significativa a partir da utilização da soma de vários instrumentos avaliativos.

236

Palavras-chave: Avaliação Escolar. Instrumentos Avaliativos. Ensino Fundamental.

ABSTRACT: This study seeks to highlight a dialogue on School Assessment, against the backdrop of the Assessment Instruments used in the context of the Initial Years (1st to 5th Year) of Elementary School in the Municipal Public Teaching Network of Abaetetuba/PA. Therefore, it uses theoretical-documentary research, based on theoretical contributions, including HOFMANN (2010, 2018), FREIRE (2007), LUCKESI (2011), RIBEIRO (2016) and legal contributions such as LDB 9,394/96, BNCC (2017) and Resolution 001/18, of January 17, 2018, of the Municipal Council of Education (CME) of Abaetetuba/PA. It discusses about Assessment Instruments as resources used in data collection and analysis aimed at the development of students, based on what is proposed by the aforementioned legislation, considering School Assessment as diagnostic, procedural and inclusive, which provides a reflection to be transformed into action, thus seeking the constant and necessary improvement in the teaching-learning process. This improvement tends to be more significant from the use of the sum of various evaluation instruments.

Keywords: School Assessment. Assessment Instruments. Elementary School.

¹ Diretor em Unidade Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Pará. Especialista em Educação – Coordenador Pedagógico – na Função de Vice-Especialista em Informática e Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA); Especialista em Educação pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE). Licenciado Pleno em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Professor de Séries Iniciais na Função de Técnico da Coordenação de Conselhos Escolares da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/PA; Especialista em Educação – Coordenador Pedagógico – na Função de Vice-Diretor em Unidade Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Pará. E-mail: beneditononatopinheiro@gmail.com.

RESUMEN: El presente estudio busca resaltar un diálogo sobre la Evaluación Escolar, teniendo como antecedentes los Instrumentos de Evaluación utilizados en el contexto de los Años Iniciales (1º a 5º Año) de la Enseñanza Fundamental en la Red Municipal de Educación Pública de Abaetetuba/PA. Para ello, se utiliza una investigación teórico-documental, sustentada en aportes teóricos, entre ellos HOFMANN (2010, 2018), FREIRE (2007), LUCKESI (2011), RIBEIRO (2016) y aportes jurídicos como LDB 9.394/96, BNCC (2017) y Resolución 001/18, de 17 de enero de 2018, del Consejo Municipal de Educación (CME) de Abaetetuba/PA. Discute sobre los Instrumentos de Evaluación como recursos utilizados en la recolección y análisis de datos destinados al desarrollo de los estudiantes, a partir de lo propuesto por la referida legislación, considerando la Evaluación Escolar como diagnóstica, procedimental e integradora, que brinda una reflexión para ser transformada en acción, buscando así la constante y necesaria superación en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Esta mejora tiende a ser más significativa a partir del uso de la suma de varios instrumentos evaluativos.

Palabras clave: Evaluación Escolar. Instrumentos de Evaluación. Escuela Primaria.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Toda ação planejada e executada necessita ser avaliada e para tanto se faz necessário definir muito bem os Instrumentos Avaliativos que serão utilizados visando obter o melhor resultado possível a partir do objetivo traçado.

Na educação não é diferente, haja vista que o processo ensino-aprendizagem deve levar em consideração, entre vários aspectos, as formas de aprender do (a) aluno (a) e as formas de ensinar do (a) professor (a), ou seja, avaliar constantemente possibilita conhecer e compreender melhor o processo e desta forma traçar as mudanças que se fizerem necessárias.

Assim, a avaliação deve ser compreendida como, [...] um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como objetivo verificar se o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, [...]. (RIBEIRO, 2016).

Fazendo menção a instrumento pretende-se aqui tecer um diálogo sobre Avaliação Escolar e Instrumentos Avaliativos, em especial, acerca dos utilizados nos Anos Iniciais (1º ao 5º Ano) do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino em Abaetetuba/PA, visando contribuir com o processo ensino-aprendizagem.

Para tanto, tendo por base a pesquisa de cunho teórico-documental, este estudo aborda avaliação escolar e instrumentos avaliativos em diálogos com teóricos, com a legislação em âmbito nacional e local pesquisado, assim como evidenciar aspectos relevantes do contexto educacional do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA e os Instrumentos Avaliativos utilizados pela referida Rede de

Ensino, em especial nos anos de 2018 e 2019, anos anteriores a lamentável realidade provocada pela Pandemia da Covid-19, a qual ocasionou mudanças drásticas nos variados contextos, entre os quais o contexto educacional.

II - DIALOGANDO COM ALGUNS TEÓRICOS SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

Inicialmente, considera-se relevante tecer um diálogo com alguns teóricos que discutem sobre Avaliação, haja vista que Instrumentos Avaliativos estão intrinsecamente ligados à Avaliação Escolar.

Para Jussara Hoffmann (2018), “a Avaliação deve estar predominantemente a serviço da ação, colocando o conhecimento obtido, pela observação ou investigação, a serviço da melhoria da situação avaliada” (p. 17).

Desta forma, a Avaliação tem como objetivo a observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder uma ação educativa que valorize os percursos individuais do educando.

Luckesi considera também que, “Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível, por isso, não é classificatório, é diagnóstica e inclusiva”. (2011, p. 5)

A avaliação assim, ao invés de testar, de classificar, precisa incluir e diagnosticar. Até porque,

[...] a utilização de uma avaliação diagnóstica pelos professores tem se mostrado uma importante ferramenta de construção de conhecimento para o processo de ensino-aprendizagem, pois estimula os alunos a aprenderem, uma vez que propicia um ambiente favorável ao estudo e ao aprendizado, contribuindo para uma formação mais consistente dos alunos, dando-lhes condições para o desenvolvimento de suas capacidades tão importantes não só para o ambiente escolar, bem como para a vida em sociedade. (BARBOSA, et al., p. 25082, 2021)

Portanto, ao propor-se diagnosticar estará efetivamente incluindo, no sentido de que estará estimulando aos alunos a vivência de um processo ensino-aprendizagem que contribui de fato para o desenvolvimento de suas capacidades, para a construção de seu próprio conhecimento. Estará, então, mediando positivamente o ensino e a aprendizagem, bem como as aprendizagens tanto do professor (a) quanto do (a) aluno (a).

Para Paulo Freire, [...] “A avaliação é a mediação entre ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre

formas de ensinar e formas de aprender. [...]” (2007, p. 65). Logo, deve ser considerada como o elo de comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender.

Neste sentido,

O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora, e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. (FREIRE, 2007, p. 86)

Assumindo-se curiosos tendem a melhor compreender que

A avaliação não necessariamente precisa ser correção de exercícios e observações informais, mas, sim, a intervenção pedagógica desafiadora em que o aluno passa a ter uma interação com o professor, e este precisa agir como mediador nas atividades de sala de aula, conhecendo, compreendendo e acolhendo seus alunos, respeitando as diferenças de cada um e, ao mesmo tempo, de todos. Também podemos referenciar a importância dos registros de acompanhamento e desempenho dos alunos, pelo professor, para uma posterior análise e uma possível intervenção no processo ensino-aprendizagem, [...] (GOMES, 2015, p. 16)

Intervenção esta que necessita respeitar as diferenças de cada estudante e acontecer na perspectiva de ação-reflexão, ou seja, de que deve se pautar em um processo avaliativo enquanto diagnóstico contínuo e dinâmico, haja vista que,

239

A avaliação vista como um diagnóstico contínuo e dinâmico torna-se um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino para que, de fato, o aluno aprenda. Além disso, ela deve ser essencialmente formativa, na medida em que cabe à avaliação subsidiar o trabalho pedagógico, redirecionando o processo ensino-aprendizagem para sanar dificuldades, aperfeiçoando-o constantemente. (DUARTE, 2015, p. 54)

Enfatizando, desta forma, a necessidade de se lançar mãos de várias atividades, vários instrumentos avaliativos, para obter informações consistentes acerca das aprendizagens dos alunos, posto que,

Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem através de muitas tarefas avaliativas é essencial no sentido de se ter elementos consistentes para orientar os alunos a prosseguir, para desafiá-los a avançar em seus conceitos, em suas aprendizagens. (HOFFMANN, 2010, p. 160)

Isto porque, com a soma de vários instrumentos avaliativos tende-se a conseguir alcançar o maior número de alunos quanto a trajetória, o caminho de suas aprendizagens, considerando individual e coletivamente o percurso traçado, seus avanços, seus entraves e suas possibilidades.

Portanto, Instrumentos Avaliativos são recursos utilizados para a coleta e análise de dados no Processo Ensino-Aprendizagem, visando promover a aprendizagem dos alunos.

Portanto, devem ser utilizados com a intenção de observar/investigar sobre o momento de aprendizagem em que os alunos se encontram.

[...] Os instrumentos de avaliação possibilitam o acompanhamento da aprendizagem do aluno, visto que expressam o que o aluno aprendeu, deixou de aprender ou ainda precisa aprender. Os instrumentos apresentam registros de diferentes naturezas: expresso pelo próprio aluno (provas, cadernos, textos e outros) ou expresso pelo professor (pareceres, registro de observação, fichas e outros). (RAMPAZO, 2011 In SOUSA, 2018, p. 09)

Para HOFFMANN,

[...] Testes, textos produzidos pelos estudantes, questionários, exercícios escritos, cadernos e muitos outros trabalhos individuais são todos instrumentos de avaliação que devem ser utilizados, sim com a intenção de observar/investigar sobre o momento de aprendizagem em que os alunos se encontram. [...]. (2010, p. 160)

Logo, são inúmeros os instrumentos avaliativos que podem ser utilizados para poder melhor diagnosticar e averiguar a real situação vivenciada tanto por alunos como por professores no decorrer do processo ensino-aprendizagem, entre os quais podemos discriminar alguns:

- ✓ Diagnóstico
- ✓ Questionários
- ✓ Observação
- ✓ Registro Descritivo e Reflexivo
- ✓ Trabalhos Individuais e Coletivos
- ✓ Portfólios
- ✓ Exercícios
- ✓ Provas Individuais ou Coletivas
- ✓ Testes
- ✓ Cadernos
- ✓ Textos Produzidos pelos Alunos
- ✓ Seminários
- ✓ Leitura Individual e Coletiva
- ✓ Ditado
- ✓ Atividade Extraclasse
- ✓ Feira de Ciências e outras

Ressalta-se ainda que as Unidades de Ensino possuem autonomia para a partir de suas Propostas Pedagógicas estarem elaborando e/ou utilizando outros que aqui não estão sendo descritos.

III - DIALOGANDO COM ALGUNS APORTES LEGAIS ACERCA DE AVALIAÇÃO E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

A avaliação e os instrumentos avaliativos por fazerem parte do processo ensino-aprendizagem e como o mesmo não deve ocorrer de qualquer maneira, seguem o prescrito em legislações educacionais, entre as quais podem aqui ser sinalizadas:

- ✓ A Constituição Federal de 1988;
- ✓ A LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- ✓ A Base Nacional Comum Curricular – BNCC Homologada em 22 de dezembro de 2017;
- ✓ A Resolução 007/2010 – Fixa as Diretrizes para o Ensino Fundamental de 09 anos;
- ✓ O Regimento Unificado das Escolas Municipais de Abaetetuba;
- ✓ A Resolução 001, de 17 de janeiro de 2018 do Conselho Municipal de Educação de Abaetetuba – Dispõe sobre a regulamentação das Legislações e Normas Educacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Municipal de Educação de Abaetetuba;

Para efeito de contribuição com este diálogo definiu-se abordar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e a Resolução 001 do CME de Abaetetuba.

Vejamos o que a LDB preconiza sobre Avaliação Escolar e Instrumentos Avaliativos:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

A referida Lei sinaliza que a avaliação deve ser contínua, isto é, durante todo o processo e cumulativa levando em consideração o percurso e não somente um determinado momento ou alguns momentos do processo ensino-aprendizagem.

Ressalta ainda a relevância que deve ser dada aos aspectos qualitativos, os quais demonstram inclusive que o erro faz parte do processo de construção e reconstrução do conhecimento e que as provas são sim necessárias, mas que não são a avaliação em si e sim um dos momentos, um dos instrumentos avaliativos que podem ser utilizados.

Vejamos ainda o que preconiza a Resolução 001/2018 do Conselho Municipal de Educação de Abaetetuba:

Art. 73 – A avaliação da aprendizagem dos alunos, deverá ser realizada pelos professores e pela instituição de ensino, como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I – considerar obrigatoriamente, a BNCC, e em conformidade com as disposições regimentais das instituições de ensino a parte diversificada.

V – Garantir estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI – Assumir caráter processual, formativo e participativo, contínua, cumulativa e diagnóstica...

VII – utilizar vários instrumentos e procedimentos, [...]

A Resolução em questão ressalta que a avaliação precisa considerar a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, garantir estudos de recuperação, os quais de preferência devem acontecer paralelos ao período letivo, assumir caráter processual, formativo e participativo, bem como ser contínua, cumulativa e diagnóstica.

Isto é, necessita valorizar todos os momentos do processo ensino-aprendizagem e desta forma deve utilizar vários instrumentos e procedimentos na perspectiva de diagnosticar a real situação e implementar as melhorias que sejam necessárias.

Fazendo menção a instrumentos e procedimentos avaliativos, cabe aqui apresentar alguns instrumentos avaliativos e em especial os utilizados no contexto da Rede Pública Municipal de Abaetetuba/PA, tendo por base a Resolução 001/2018 do CME.

IV - O ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS (1º ao 5º Ano) NO CONTEXTO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ABAETETUBA/PA

O Ensino Fundamental, Etapa da Educação Básica, por meio da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, tem duração de 09 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 06 anos de idade.

242

Art. 3º O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, [...]

Art. 5º Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3º desta Lei e a abrangência da pré-escola de que trata o art. 2º desta Lei.

Assim, a referida Lei promove uma mudança significativa na oferta do Ensino Fundamental, uma vez que o estudante passa a ingressar com 06 (seis) anos de idade e ter duração de 09 (nove) anos, tendo por objetivo a formação básica do cidadão.

Antes de se evidenciar informações relevantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais do contexto educacional da Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA, no Nordeste do Estado do Pará, torna-se relevante destacar aspectos gerais deste referido contexto, o qual em 2018 era constituído por 173 Unidades de Ensino, das quais (42) localizadas na Cidade (131) e no Campo (Estradas/Ramais - 49 e Ilhas - 82).

Unidades de Ensino estas que ofereciam Atividades Educacionais para Alunos da Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA - Educação de Jovens e Adultos para 23.248 Alunos.

Tabela 01 - DEMONSTRATIVO DE ALUNOS - MATRÍCULA INICIAL/2018

LOCALIDADE	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	EJA	TOTAL
CIDADE	4.175	7.187	702	12.064
ESTRADAS RAMAIS E	1.330	2.732	440	4.502
ILHAS	1.667	4.603	412	6.682
TOTAL	7.172	14.522	1.554	23.248

FONTE: COORD. DE ESTATÍSTICA/SEMEC/ABAETETUBA, 2018.

Observa-se que, de acordo com a Tabela 01, a Educação Infantil atendia a 7.172 alunos; o Ensino Fundamental por sua vez 14.522 e a Educação de Jovens e Adultos 1.554. Assim como, que mesmo tendo o quantitativo menor de Escolas a cidade atendia a 12.064 alunos, o maior número de alunos da Rede, enquanto a área de Ilhas com 82 Escolas, por sua vez, atendia a 6.682 alunos.

Tabela 02 - DEMONSTRATIVO DE ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - MATRÍCULA INICIAL/2018

LOCALIDADE	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TOTAL
CIDADE	1.377	1.265	1.635	1.542	1.368	7.187
ESTRADAS RAMAIS E	484	473	647	564	564	2.732
ILHAS	719	804	1.124	1.038	918	4.603
TOTAL	2.580	2.542	3.406	3.144	2.850	14.522

FONTE: COORD. DE ESTATÍSTICA/SEMEC/ABAETETUBA, 2018.

A Tabela 02 evidencia que as Escolas localizadas na Cidade atendiam a 7.187 alunos do 1º ao 5º Anos do Ensino Fundamental, sendo este o maior quantitativo da Rede Municipal. Já as Escolas localizadas nas Estradas e Ramais atendiam ao menor quantitativo de alunos do Ensino Fundamental (1º ao 5º Anos) 2.732.

Evidencia ainda que o 3º Ano com 3.406 alunos era o qual tinha o maior quantitativo de alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O 2º Ano, por sua vez, ao apresentar 2.542 alunos matriculados era o qual se tinha o menor quantitativo de alunos matriculados no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA.

Rede Municipal de Ensino esta que felizmente vem conseguindo, quanto ao Índice de Desenvolvimento Educacional – IDEB, alcançar a Meta Projetada e/ou superá-la, verificando no 4º/5º Ano conforme evidenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Tabela 03 – IDEB (4ªsérie/5º Ano) – REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ABAETETUBA/PA

ANO	IDEB	META
2005	2.8	-
2007	3.1	2.8
2009	3.6	3.2
2011	3.9	3.6
2013	4.0	3.8
2015	4.4	4.1
2017	4.6	4.4
2019	4.7	4.7
2021		5.1

FONTE: INEP, 2022.

A Tabela 03, portanto, demonstra que o IDEB alcançado vinha, até 2019, superando as Metas Projetadas para cada ano de verificação, situação contribuída mais ainda no ano de 2015 quando várias Unidades de Ensino conseguiram alcançar Meta Projetada para 2017, 2019 e até mesmo para 2021.

4.1- INSTRUMENTOS AVALIATIVOS UTILIZADOS NO CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS (1º ao 5º Ano) – DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ABAETETUBA/PA

A Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba/PA normatizou que o Ensino Fundamental – Anos Iniciais utilizassem os seguintes Instrumentos Avaliativos para as Turmas do 1º, 2º e 3º Anos, compreendendo o 1º Ciclo de Alfabetização:

1 - Psicogênese da Linguagem Oral e Escrita – por meio deste instrumento avalia-se o nível de aprendizagem do aluno quanto à linguagem oral e escrita.

2 - Avaliação por Conceito – passam a ser utilizados Conceitos e não mais Pareceres, na Avaliação de Habilidades a serem definidas e normatizadas pela Secretaria Municipal de Educação.

3 - Registro das Atividades Mensais – Programações e Atividades Extraclasse desenvolvidas com os Alunos devem ser Registradas visando efetivar o devido acompanhamento das mesmas e a contribuição que estão proporcionando ao processo ensino-aprendizagem.

Já para as Turmas do 4^o e 5^o Anos se tem os seguintes instrumentos avaliativos:

1 - Sondagem da Leitura e da Escrita – verifica-se o nível do alunado quanto a Leitura (lê somente palavras, lê frases e lê textos) e Escrita (Escreve somente palavras, produz textos).

2 - Registro das Atividades Mensais – Programações e Atividades Extraclasse desenvolvidas com os Alunos devem ser Registradas visando efetivar o devido acompanhamento das mesmas e a contribuição que estão proporcionando ao processo ensino-aprendizagem.

3 - Relatórios – Relatório Final no qual devem ser devidamente registrados os entraves e avanços apresentados no percurso do processo ensino-aprendizagem do aluno ao longo do ano letivo.

Observa-se, portanto, que a referida Rede Pública de Ensino, no intuito de acompanhar o processo ensino-aprendizagem, utilizava instrumentos avaliativos que pudessem evidenciar o nível de aprendizado de seus alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os quais ainda permitiam o acompanhamento, é claro, das práticas pedagógicas. Haja vista que,

[...] é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças (BNCC, p. 35, 2017)

Assim, acompanhando tanto as práticas pedagógicas quanto a trajetória do aluno, tende-se a reunir elementos que de fato contribuem para a organização e reorganização do processo educativo, no intuito de garantir os direitos de aprendizagem do alunado.

Fazendo menção a garantia de direitos de aprendizagem, constata-se que, por se priorizar os Anos do 1º ao 3º do Ensino Fundamental – Anos Iniciais como aqueles nos quais se devem intensificar o processo de alfabetização do alunado e os Anos do 4º ao 5º como aqueles nos quais se deve consolidar o referido processo, no contexto educacional da Rede Pública Municipal de Ensino em questão, procurou-se utilizar diferentes instrumentos avaliativos.

Buscando com isso contribuir para que o processo de alfabetização que se iniciou na Educação Infantil seja intensificado e consolidado de forma significativa e eficaz nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, não esquecendo que conforme preconiza a legislação, no 3º Ano é esperado que o (a) aluno (a) esteja alfabetizado; porém infelizmente não tem sido bem assim que acontece com boa parcela do alunado brasileiro. Posto que, infelizmente,

[...] muitos dos estudantes avançam até mesmo para o Ensino Médio, sem saber ler com fluência, sem conseguir fazer as devidas reflexões textuais e consequentemente sentem dificuldades de fazer reflexões críticas e criativas sobre o que foi lido e tão pouco transformar estes em produções textuais.

246

Por apresentarem dificuldade na leitura e escrita, os alunos vão ficando pelo caminho, ou seja, vão sendo reprovados e dessa forma, vão ficando em distorção idade-ano, ou seja, passando a frequentar um ano de escolaridade que não condiz com sua idade cronológica, causando muitas vezes o desinteresse devido a baixo autoestima. (PINHEIRO; CARDOSO; TRINDADE In DICKMANN, p. 38, 2021)

Sem dúvida alguma, a dificuldade com a leitura e a escrita, é um fator preponderante quanto a alcance do sucesso escolar, uma vez que, emperra no acompanhamento e avanço das atividades propostas em sala de aula, provocando o desinteresse e abaixo autoestima, ocasionando então a distorção idade-série/ano. Sendo que,

A distorção idade-série acarreta múltiplas e graves perdas que podem promover impacto em diferentes dimensões: i) no desenvolvimento econômico e social do país, porque o induz a um grande atraso; ii) no sistema educacional, porque a repetição de uma série por um aluno implica perdas de recursos financeiros e de esforços técnicos; iii) para o professor também a questão do atraso na aprendizagem representa perda, porque frustra as suas expectativas de promoção da aprendizagem dos alunos e enfraquece a sua identidade profissional; iv) para a escola, porque a sua imagem na comunidade perde credibilidade; e v) por fim, para os alunos e as famílias os prejuízos são inúmeros, envolvendo dificuldade de aproveitamento dos bens culturais, rebaixamento da autoestima, impossibilidade de melhoria de condições socioculturais e baixos níveis salariais, entre outros. (PARENTE; LUCK, 2004, p. 19)

Logo, são inúmeras as dimensões afetadas com a distorção idade-série/ano, indo do âmbito nacional ao individual, perpassando pela família e pela escola. Escola a qual, aliás,

[...] necessita preocupar-se também com o desenvolvimento do sujeito numa perspectiva de contribuir para que o (a) mesmo (a) busque fazer o uso adequado daquilo que aprende no sentido de mediar um processo no qual a aprendizagem seja voltada não somente ao processo de alfabetização, da leitura e escrita, do cálculo, do adquirir conhecimentos que auxiliie a prosseguir em seus estudos, a preparar-se para exercer uma profissão, mas que também o prepare para a vida em sociedade, para o uso adequado e responsável de recursos naturais e tecnológicos, para a conscientização crítica e atuante junto a meio que o cerca, enquanto protagonista e não mero espectador. (PINHEIRO In DICKMANN, p. 27-28, 2021)

O que remete ao fato de que a escola não pode e nem deve preocupar-se em apenas transmitir conhecimento, algo que aliás, já ficou no passado, posto que, nos dias atuais a educação escolar, em especial, precisa contribuir de maneira significativa para que as informações sejam transformadas em conhecimento e esses conhecimentos sejam cada vez mais construídos pelos próprios alunos. Com isso, os mesmos devem vivenciar um processo ensino-aprendizagem que os dê condições de saberem lidar com os recursos naturais e tecnológicos, apresentem postura crítica e ativa diante da realidade que os cerca.

Para tanto, faz-se extremamente necessário que a alfabetização trabalhada no contexto escolar, seja de fato um processo que não apenas permita decodificar e memorizar códigos, palavras, frases e textos. Mas, permita a leitura e compreensão do contexto no qual está inserido enquanto sujeito, bem como a escrita de uma nova realidade a partir de uma atuação pautada no protagonismo cidadão.

247

O que requer novas estratégias metodológicas, no sentido de que,

[...] há de se convir que se faz mais que necessário elaborar e efetivar, em especial no contexto escolar, estratégias metodológicas que contribuam para o processo de alfabetização, mas é claro que o resultado tende a ser ainda melhor ao contar com a parceria das famílias para que se estenda para o lar, estratégias de alfabetização que visem contribuir com a transformação da prática de estudantes leitores passivos em leitores críticos, criativos e ativos. (PINHEIRO; CARDOSO; TRINDADE In DICKMANN, p. 47, 2021).

Leitores estes que além de novas estratégias metodológicas precisam vivenciar em seu processo educacional instrumentos avaliativos que efetivamente contribuem para que sejam críticos, criativos, ativos, e que ao serem avaliados seja visto em sua totalidade, ao longo do processo e não meramente em determinados momentos e de forma apenas objetiva.

A Rede Pública Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA, lócus desta pesquisa, neste sentido, lançava mão de instrumentos avaliativos. Para os 03 primeiros anos do Ensino Fundamental utiliza-se da **Psicogênese da Linguagem Oral e Escrita, Avaliação por**

Conceito e Registro das Atividades Mensais e para o 4º e o 5º Anos faz uso da Sondagem da Leitura e da Escrita, Registro das Atividades Mensais e Relatórios.

Consta-se, desta forma, que a referida Rede de Ensino procurou, no período analisado por este estudo, utilizou vários instrumentos de avaliação como recursos avaliativos, buscando verificar o nível do conhecimento produzido e assim contribuir de maneira significativa com a democratização do saber.

Na prática educativa os professores que têm utilizado os mais variados recursos avaliativos, numa perspectiva global, e a proposta de avaliação se concretiza, no dia-a-dia da sala de aula, com o intuito de verificar o nível do conhecimento produzido, para se dar novos direcionamentos pedagógicos, em prol da melhoria do ensino, é um educador que se ocupa em ensinar, buscando alternativas para a democratização do saber. (DOMINGUES, p. 22, 2012)

Neste sentido, buscando alternativas para a democratização do saber, para a garantia do direito de aprendizagem, o contexto educacional em questão, lançou mão de variados instrumentos de avaliação.

Instrumentos estes, através dos quais era possível realizar um diagnóstico e registro, levando em consideração um período mensal e anual, acerca do nível de aprendizagem em que se encontra o aluno de Turmas do 4º e 5º anos, assim como os entraves e avanços que o mesmo evidenciou, contribuindo desta forma, para que se traçassem estratégias coletivas e individualizadas, contribuindo durante o ano letivo e já pontuando aspectos nos quais precisará ser bem mais auxiliado no ano seguinte.

248

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo buscou contribuir com o diálogo necessário entre Avaliação Escolar e os Instrumentos Avaliativos a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e de algumas Legislações, entre elas, a Resolução 001/2018 do Conselho Municipal de Educação – CME – de Abaetetuba/PA, considerando a Avaliação como diagnóstica, processual e inclusiva, evidenciando os Instrumentos utilizados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Abaetetuba/PA.

Isto porque, como bem enfatiza HOFFMANN (2019) “A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona para novas reflexões. [...]”. (p. 18). Novas reflexões que necessitam levar a um repensar nas práticas pedagógicas, no fazer educacional e quiçá na efetivação de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Melhoria esta que poderá ser bastante significativa ao levar em consideração a relevância que necessita ser dada aos aspectos qualitativos da Avaliação Escolar. Considerando, por exemplo, que o erro é uma etapa do processo de construção e reconstrução do conhecimento, bem como que a tão badalada e muitas vezes temida “Prova”, não é o processo avaliativo em si, é parte do mesmo e que outros instrumentos avaliativos não só podem como devem ser utilizados no percurso do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. **Resolução 001/18, de 17 de janeiro de 2018 do Conselho Municipal de Educação** - Dispõe sobre a regulamentação das Legislações e Normas Educacionais aplicáveis á Educação Básica no Sistema Municipal de Educação de Abaetetuba.

ABAETETUBA. **Demonstrativo de Alunos – Matrícula Inicial/2018**. Coordenação de Estatística, Secretaria Municipal de Educação, Abaetetuba, 2018.

ABAETETUBA. **Demonstrativo de Alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Matrícula Inicial/2018**. Coordenação de Estatística, Secretaria Municipal de Educação, Abaetetuba, 2018.

BARBOSA, Carlos Fernando da Costa; et. all. **A avaliação da aprendizagem e seus instrumentos: um desafio à mudança da prática docente em uma escola do município de Abaetetuba-PA**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, p. 25062-25084, mar. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26191>. Acesso: 22 de novembro de 2021.

BRASIL. **LDB - Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Data de Acesso: 27 de fevereiro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006** – Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso: 14 de setembro de 2021.

BRASIL. **BNCC Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base**. Secretaria de Educação Básica – SEB, Ministério da Educação - MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso: 11 de janeiro de 2022.

DOMINGUES, Lucineia Meire Minelli. **Avaliação da Aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental** – Caderno Pedagógico. O Professor PDE e os Desafios da Escola

Pública Paranaense – Produção Didático-Pedagógico, vol. 01. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Secretaria de Estado da Educação, Arapongas, Paraná, 2012. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uel_gestao_pdp_lucineia_meire_minelli_domingues.pdf. Acesso: 10 de janeiro de 2022.

DUARTE, **Avaliação da Aprendizagem Escolar: como os Professores estão praticando a Avaliação na Escola**. Revista HOLOS, Ano 31, Vol. 8, p. 53-67, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/CLIENTE/AppData/Local/Temp/1660-11158-1-PB.pdf>. Acesso: 27 de julho de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GOMES, Marisa Pereira. **Avaliação e Revisão das Práticas Avaliativas**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Santana do Livramento/RS, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151624/001004493.pdf?sequenc=1>. Acesso: 10 de agosto de 2021.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio**. 46 edição. Editora Mediação, Porto Alegre-RS, 2019.

250

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 17ª Edição. Editora Mediação, 2018.

INEP. **IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – Resultados e Metas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3791604>. Acesso: 11 de janeiro de 2022.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico**. Editora Cortez, 2011.

PARENTE, Marta Maria de A. & LÜCK, Heloísa. **Mecanismos e experiências de correção do Fluxo Escolar no Ensino Fundamental**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1867/1/TD_1032.pdf Acesso: 10 de novembro de 2020.

PINHEIRO, Benedito Antônio Nonato Pinheiro; CARDOSO, Rosileide Moraes; TRINDADE, Rosilene Baia da. **Dialogando sobre a relevância do Processo de Alfabetização na construção da trajetória do sucesso escolar** (p. 35-54). In DICKMANN, Ivanio. **Dialogar: Essência da Educação** – vol. 1. 1 ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2021

PINHEIRO, Benedito Antônio Nonato Pinheiro. **Tecendo um Diálogo acerca de um dos mais relevantes processos de desenvolvimento - a Aprendizagem** (p. 27-43). In DICKMANN, Ivanio. Dialogar: Essência da Educação – vol. 2. 1 ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2021

RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis. **Instrumentos de avaliação: reflexões e possibilidades de uso no processo de ensino e aprendizagem**. O professor PDE e os desafios da escola pública paraense. Produção didático-pedagógica. Volume 02. Londrina. 2011 In SOUSA, Genário Ferreira de. Avaliação x Instrumentos Avaliativos: reflexões acerca da Avaliação Escolar. V CONEDU – Congresso Nacional de Educação – 17 a 20 de outubro, Olinda-PE, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MDI_SA2_ID7641_01092018205326.pdf. Acesso: 04 de agosto de 2021.

RIBEIRO, Daiani Teodoro de Melo. **Avaliação de aprendizagem: conceitos, fundamentos, funções e finalidades**, setembro de 2016. Disponível em: <https://www.psicopedagogia.com.br/index.php/1699-avaliacao-de-aprendizagem>. Data de Acesso: 27 de fevereiro de 2018.